

ESTATAIS: SUSPEITA.

Estatais e 17 órgãos do governo terão que prestar contas à CPI

A CPI do Orçamento resolveu investigar mais 17 órgãos do governo e estatais suspeitos de terem beneficiado empreiteiras e fornecedores a partir de emendas de parlamentares ligados ao esquema do deputado João Alves. Na segunda-feira a CPI já tinha enviado ofício à Petrobrás, Eletrobrás e Telebrás para que prestassem informações sobre pagamentos superiores a US\$ 3,9 milhões feitos em 1992. Apenas na área da Secretaria de Desenvolvimento Regional foram identificados 14 parlamentares que aprovaram sem problemas emendas de mais de US\$ 1,6 milhão, valor oito vezes superior à média do órgão, de US\$ 200 mil. Esses parlamentares, cujos nomes ainda estão sendo mantidos em sigilo porque não está comprovada a sua participação no esquema de corrupção, conseguiram aprovar, prioritariamente, emendas que tinham apenas 2,5% de chances de passar, segundo o líder do PDT na Câmara e membro da CPI, deputado Luiz Alfredo Salomão.

O deputado Ricardo Fiúza, um dos principais acusados por José Carlos, foi um dos campeões dessas emendas milionárias. "Mas ele era o relator-geral", disse Salomão. Os autores das emendas milionárias serão ouvidos reservada-

mente pela CPI, mas isso não significa que eles serão "enredados", segundo Salomão. "O que já se descobriu foi que eles tinham tratamento muito preferencial".

Também terão que prestar contas à comissão DNER, Docas, Rede Ferroviária, Fundação Nacional de Saúde, LBA, Secretarias Nacional de Saneamento e de Habitação, Codevasf, Dnocs, Incra, Suframa, Sudene, Secretaria de Desenvolvimento Regional, FNDE, FND, FAE e entidades de ensino federais.

Acesso direto

ANÁLISE EM SEPARADO

Muitos desses órgãos, principalmente os da administração direta, terão as informações acessadas diretamente pela CPI via sistema de dados integrado da administração financeira do Ministério da Fazenda. Serão analisadas separadamente as faturas pagas às empreiteiras Queiroz Galvão, OAS, Servaz, Norberto Odebrecht, sua subsidiária, a CBPO, Tratex, Cowan e Andrade Gutierrez, acusadas pelo ex-assessor da Comissão Mista de Orçamento, José Car-

los Alves dos Santos, de pagar subornos aos parlamentares em troca da inclusão de emendas de seu interesse. Assim como os parlamentares envolvidos, as empreiteiras também tiveram o seu sigilo bancário quebrado. Transferências para subsidiárias e pagamentos menores, em torno de US\$ 200 mil, também serão analisados no âmbito dos órgãos e repartições citadas.

Além das empreiteiras citadas por José Carlos, outras doze também terão que informar à CPI quais foram as suas principais obras nos últimos 10 anos e quanto os pagamentos feitos pela União, Estados e municípios representaram em dinheiro.

Três repartições vão merecer especial atenção da CPI: a Legião Brasileira de Assistência e as Secretarias Nacional de Saneamento e de Habitação, subordinadas ao Ministério do Bem-Estar Social, do qual o deputado Ricardo Fiúza (PFL), um dos principais acusados por José Carlos, foi titular no governo Collor. Fiúza teria omitido o destino das subvenções que eram destinadas a obras sociais e acabavam desviadas para o bolso dos envolvidos no escândalo do Orçamento, segundo José Carlos.